



Queremos que os alunos saibam mais!

Creio poder dizer que todos aqueles que, de forma direta ou indireta, estão ligados à Educação concordam com as palavras proferidas por Nuno Crato, em 26 de março de 2012, num noticiário da RTP1, escolhidas para título deste editorial. Contudo, analisemos com maior profundidade o seu significado e alcance.

A minha preocupação face às orientações para a Educação do atual ministro vem de longe. Ficou claramente agravada quando li as justificações, apresentadas em dezembro de 2011, para a revogação do documento *Currículo Nacional do Ensino Básico — Competências Essenciais*, de 2001. Afirma-se que esse documento menoriza o papel do conhecimento e o desenvolvimento de automatismos e da memorização. Tal não é assim. Considera a sua importância, mas não reduz a aprendizagem, em particular da Matemática, a tais aspetos. A perspetiva entendida neste documento é possível ser reconhecida nos programas de Matemática atualmente em vigor, que consideram que a aprendizagem matemática inclui a aquisição compreensiva de conhecimentos e o desenvolvimento de capacidades matemáticas e atitudes. Chamando-lhe ou não competência matemática, as atuais orientações programáticas para o ensino e aprendizagem da Matemática em Portugal estão, em tudo, consonantes com o que de mais consensual e reconhecido existe a nível internacional, como sejam as diversas recomendações emitidas pela comissão europeia nos últimos anos.

Ainda para justificar a referida revogação, caracterizam-se os *objetivos de generosos, mas vagos e difíceis de aferir*, propondo-se vir a substituí-los por outros *precisos e mensuráveis*. Este tipo de argumentação parecia, desde logo, servir para nos preparar para outro tipo de consequências. E ei-las que não tardaram! O exame no final do 6.º ano era algo já previsto, pois estava consignado no programa eleitoral deste governo, embora de forma não tão explícita. No que respeita ao 4.º ano, era então difícil de supor a sua reposição com características idênticas às existentes para os exames do 9.º ano.

Justifica o Sr. Ministro que «é preciso aferir melhor o programa dos alunos no final de cada ciclo». Pergunto: Isso passa por introduzir os exames ou melhorar as provas de aferição, já existentes? Afirma que *deverá ser feita uma avaliação mais rigorosa (...) primordialmente através da avaliação dos conhecimentos adquiridos pelos alunos*. Pergunto: Rigorosa pressuponho que quererá dizer fiável, mas a classificação atribuída num exame é mais fiável? O Sr. Ministro afirmou no referido despacho de

dezembro de 2011 que o documento então revogado apresentava propostas não fundamentadas cientificamente. Poder-nos-á então indicar em que fundamentação científica se sustenta para defender a introdução de exames nos finais de cada ciclo de escolaridade do ensino básico e, muito em particular, no 4.º ano? Seria uma informação muito importante, não só para os educadores portugueses mas para todos os outros países considerados evoluídos, que ainda não compreenderam o contributo tão importante que tal medida pode acarretar para a aprendizagem, uma vez que não a seguiram ou, em muitos casos, a abandonaram! Esta medida, sem dúvida, conseguirá levar os professores a concentrarem toda a sua prática de ensino na aquisição de conhecimentos, no domínio de técnicas de cálculo, e no desenvolvimento da memorização, mas certamente em nada contribuirá para a aprendizagem matemática dos alunos portugueses. Acrescente-se ainda que, estando Portugal a viver uma situação económica grave, como compreender um gasto público adicional sem efeitos pedagógicos frutuozos?

O Sr. Ministro afirmou em 26 de março, na RTP1, que «não está em causa uma revolução na educação». Pergunto: O que mais terá de fazer ainda para que admita a sua existência? Como se pode compreender uma viragem de 180º no momento em que começa a haver indicadores positivos na evolução das aprendizagens matemáticas dos alunos portugueses, como indicam os últimos resultados do PISA? Recorde-se que a análise dos resultados obtidos ao longo dos diferentes estudos do PISA sempre evidenciaram problemas ao nível das capacidades matemáticas mais elevadas e não na aquisição de conhecimentos ou execução de procedimentos.

É verdade que todos queremos que os alunos saibam mais Matemática, o que significa saber mais é que pode ter diversas interpretações! O caminho que agora o Ministério de Educação nos quer impor faz com que o país retroceda décadas e dirige-se a um entendimento sobre a sociedade e as suas necessidades desajustado aos dias de hoje. Décadas de esforço e empenhamento dos professores de Matemática, de dificuldades e grandes desafios que sempre se colocam quando se esperam mudanças de prática, e os avanços conseguidos são hoje reduzidos a nada! Quantos anos serão precisos para recuperar o que corre agora o risco de ser destruído?

Leonor Santos

Instituto de Educação, Universidade de Lisboa

